

4º RELATÓRIO
SOBRE O ESTADO
DA
BIODIVERSIDADE
EM CABO VERDE

NOVEMBRO 2009

“A conservação da natureza talvez seja uma pré-condição do crescimento económico, já que o consumo futuro depende em grande parte do enfoque de capital natural. A conservação é, sem dúvida nenhuma, uma pré-condição de desenvolvimento sustentável, que une o conceito ecológico da capacidade de sustentação aos conceitos económicos de crescimento e de desenvolvimento”

A. McNeely Jeffrey, 1988

Resumo Executivo

Com a ratificação da Convenção sobre a Diversidade Biológica, em Março de 1995, Cabo Verde comprometeu-se perante o mundo em apresentar periodicamente ao Secretariado da Convenção, o balanço da implementação da mesma no país, com particular destaque sobre o estado de conservação da biodiversidade, a nível nacional.

O primeiro relatório foi elaborado em 1999, o segundo em 2002 e o terceiro em 2006.

Este quarto relatório foi elaborado tendo como base informações existentes e disponíveis nas instituições ligadas directa ou indirectamente à gestão da biodiversidade e à preservação do ambiente, nomeadamente o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), o Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas (INDP), a Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP), a Direcção Geral das Pescas (DGP), a Direcção Geral do Ambiente (DGA), para além da consulta de documentos como o PANA II, o Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em CABO Verde, a Estratégia e Plano Nacional da Biodiversidade, etc.

Em termos de uma percepção geral sobre o estado de evolução dos diferentes elementos que constituem a biodiversidade de Cabo verde, apresenta-se a seguinte situação: (i) a flora terrestre e marinha; (ii) a fauna terrestre e marinha; (iii) ameaças sobre a biodiversidade; bem como a integração da conservação da biodiversidade em vários sectores como: sustentabilidade agrícola; pecuária; florestal; da pesca; conservação *in situ* e *ex situ*; vulgarização; informação e formação; investigação e formação; e quadro jurídico e institucional.

A percepção do estado de degradação dos recursos biológicos fez com que o Governo tomasse algumas medidas, nomeadamente a publicação do Decreto nº 1/2005, de 21 de Março, que aprova a Convenção Internacional sobre Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora selvagens ameaçadas de Extinção (CITES) e a Emenda ao artigo XXI adoptada em Gabão-1983; o Decreto-Lei nº

3/2003, de 24 de Fevereiro, sobre o regime jurídico da Rede nacional de áreas protegidas; a ratificação da Convenção sobre as Zonas Húmidas de importância internacional (RAMSAR); o Decreto-Lei n.º 7/2002, de 30 de Dezembro, que estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção; para além de decisões internas que são tomadas para o bom avanço dos trabalhos para a preservação do ambiente.

Não obstante as medidas acima mencionadas, a degradação da biodiversidade cabo-verdiana continua de forma preocupante. Esse grau de degradação está, evidenciado em diversos documentos produzidos, nomeadamente a “*Primeira Lista Vermelha de Cabo Verde*”. De acordo com esse documento, encontram-se ameaçadas mais de 26% das angiospérmicas, mais de 40% das briófitas, mais de 65% das pteridófitas e mais de 29% dos líquenes, mais de 47% das aves, 25% dos répteis terrestres, 64% dos coleópteros, mais de 57% dos aracnídeos e mais de 59% dos moluscos terrestres. Esta situação considerada alarmante em 1996, vem-se agravando para as espécies *Alauda razae* (Calhandra-do-Ilhéu-Raso), cujo efectivo populacional sofreu uma redução de 250 exemplares em 1992 para 92 exemplares em 1998, *Himantopus himantopus* (Perna-longa), cuja população, avaliada em 75 exemplares em 1990, sofreu no período de 5 anos uma redução de cerca de 70% (Hazevoet, 1999).

De uma forma geral, a redução dos efectivos populacionais das componentes da biodiversidade deve-se principalmente à pressões antropogénicas.

O Governo de Cabo Verde não vem poupando esforços no sentido de honrar os compromissos assumidos com a ratificação da Convenção sobre a Biodiversidade. Daí que, estrategicamente, atribui o nível de prioridade em média alta, à aplicação aos vários artigos da Convenção.

Este quarto relatório está estruturado em 4 capítulos de acordo com as directrizes do Secretariado da Convenção e apêndices:

Capítulo I – Perspectiva da situação, tendências e ameaças à Diversidade Biológica, que traz informações sobre a situação actual da Biodiversidade Nacional, as ameaças a que está sujeitas e as medidas de conservação e protecção adoptadas pelas autoridades nacionais;

Capítulo II – Situação Actual das Estratégias e Planos de Acções Nacionais sobre a Diversidade Biológica, que tem por objectivo fazer um ponto de situação da implementação da Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade onde são destacados os resultados alcançados e os constrangimentos que Cabo Verde tem se deparado para implementar esses documentos

Capítulo III - Incorporação de considerações sobre a Diversidade Biológica nos Planos sectoriais e intersectoriais, demonstra o processo de incorporação das questões Ambientais, sobretudo da Biodiversidade, nos diferentes Planos Sectoriais e Intersectoriais, nomeadamente o Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) e o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP II)

Capítulo IV – Conclusões: Progressos da Meta de 2010 e Aplicações do Plano Estratégico, que traz uma avaliação e considerações sobre os progressos alcançados por Cabo Verde no que diz a Meta de 2010 da Convenção da Diversidade Biológica, bem como das aplicações do Plano de Acção sobre a Biodiversidade.

Apêndice I – Informações concernetes a parte que informam e prepararam o relatório nacional sobre o estado da Biodiversidade

Apêndice II – Fontes de informação onde se baseia o relatório

Apêndice III – Progresso do programa de trabalho das áreas protegidas

Capítulo I – Perspectiva da situação, tendências e ameaças à Diversidade Biológica

1. A Cimeira da Terra, realizada em 1992, constituiu um marco histórico em todo o mundo para uma tomada de consciência sobre a tendência da degradação ambiental que estava ocorrendo, levando assim à mudança de atitude do homem, de forma positiva em relação ao ambiente.

Cabo Verde ao ratificar a Convenção sobre a Diversidade Biológica, em 1995, assumiu conservar a diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm da utilização dos recursos genéticos, inclusivamente atrás do acesso adequado a esses recursos e da transferência apropriada das tecnologias relevantes, tendo em conta todos os direitos sobre esses recursos e tecnologias, bem como através de um financiamento adequado.

2. Assim, como todos os outros países, Cabo Verde mobilizou-se em direcção a uma dinâmica de inserção das preocupações ambientais nos seus planos de desenvolvimento, sendo já evidentes, mudanças substanciais nas práticas, prioridades políticas e de opções de investimento.

Desde a independência, em 1975, que vários esforços tem sido feitos no sentido de maior conhecimento, protecção e sensibilização para com o ambiente. Para tal, temos contado com varias cooperações internacionais que nos tem auxiliando para a concepção e execução dos instrumentos importantes de gestão ambiental.

3. Através do Programa do Governo para a VI Legislatura (2001-2005), fazendo um diagnóstico global das preocupações nacionais sobre a problemática do ambiente e da biodiversidade, procurou-se identificar os principais pontos fortes e fracos em relação ao estado do ambiente e dos recursos naturais no país. Foram destacados as fragilidades na agricultura e na pecuária, a utilização depredatória da biomassa, a degradação de ecossistemas, a insuficiência de legislação dissuasória de práticas agressivas ao ambiente e, uma excessiva dependência do país em relação aos combustíveis fósseis.

4. Neste capítulo iremos analisar cada ecossistema, apresentando as perspectivas da situação actual, as tendências e as ameaças que tem enfrentado.

Biodiversidade terrestre

5. A situação actual dos conhecimentos da biodiversidade terrestre em termos genéticos, específicos e taxonómicos, é aquela que se pôde registar, no Primeiro e no segundo Relatório sobre o estado da Biodiversidade em Cabo Verde. Desde então não se registou nenhuma evolução significativa com relação ao número de *taxa* identificados e/ou relatados.

6. A nossa flora terrestre constitui a componente mais bem estudada e conhecida da biodiversidade nacional, mas é de ressaltar de que muitos esforços têm sido feitos para um conhecimento mais amplo da diversidade biológica do país.

O Livro Branco sobre o estado do Ambiente em Cabo Verde (2004) mostra claramente a necessidade e a grande importância de maior conhecimento para que a conservação e gestão da mesma seja de uma forma abrangente e com todos os componentes existentes.

- **Flora**

7. O arquipélago de Cabo Verde tem sofrido grandes modificações ecológicas devido às mudanças climatológicas recentes que afectarão o mundo sariano. Tudo indica que antigamente, com condições mais favoráveis, se assentaram espécies florísticas relacionadas com a proximidade da zona da macaronesia, em especial Canárias, e a região do noroeste africano, de donde parece que derivam a maioria da actual flora endémica.

8. A comum origem vulcânica do país, que se assemelha aos demais arquipélagos da macaronesia, mas com a diferença dos ventos alísios húmidos do nordeste, recebem a influencia dos ventos, provocando, por um lado, a patente contraste norte-sur da vegetação, a semelhança das Canárias, excepto nas ilhas mais baixas (Sal, Boavista e Maio) que ligeiramente passam os 400 m de altitude e que quase nunca recebem a influencia dos ventos húmidos, sendo por tanto muito secas. Por outro lado, a grande instabilidade das precipitações,

que é caracterizada por largos períodos de escassez, podendo em algumas áreas ultrapassar os 300 mm de precipitação nas ilhas mais altas.

9. Podemos assim concluir, por tanto, que a flora caboverdiana é relativamente pobre, constituída por cerca de 621 espécies, sendo praticamente a metade (42%) são introduzidas (alóctonas), 13% são endêmicos, 14% tem uma ampla distribuição e 30% são de origem duvidosa (Hazevoet, 1995).

Esta pobreza, causada grande parte pelas condições climáticas, encontra também a sua explicação no descobrimento das ilhas. Numerosas plantas foram introduzidas e cultivadas até os nossos dias, destruindo aquelas que já existiam, provocando com isso o seu gradual desaparecimento da flora original autóctona a medida que a flora alóctona aumentava sua adaptação e ampliado a sua distribuição.

- **Fauna**

10. A fauna terrestres em Cabo Verde não se tem muitas informações com exceção das aves, dos reptéis e dos insectos (Gomes et al., 1998), sendo pouco comuns os anfíbios e os mamíferos.

Dos grupos de animais mais conhecidos são os vertebrados, sendo mais representativos, as aves e os répteis (Quadro 1).

Quadro 1. Os vertebrados de Cabo Verde

Vertebrados	Nº de taxa conhecidos	Nº de taxa endémicos	Nº de taxa extintos ou ameaçados
Aves			
Espécies sedentárias	36	13	17 (dos quais 8 endémicos)
Espécies migradoras	135	0	0
Répteis			

预览已结束，完整报告链接和二维码如下：

https://www.yunbaogao.cn/report/index/report?reportId=5_10383

